EPEPE IV ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO
Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Metodológicas
Caruaru, 13 e 14 de setembro de 2012

Eixo Temático 2 - Educação e Memória

O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO E A REDE MUNICIPAL DO RECIFE: DISCUSSÃO DE UM NOVO CURRÍCULO PARA A CULTURA ESCOLAR (1986 a 1988)

Erika Caroline de Oliveira Cavalcanti-UFPE

RESUMO

Este estudo de caráter documental tem como objetivos analisar a relação entre a emergência do ciclo de alfabetização no Recife em 1986 e seu contexto e conhecer as concepções curriculares discutidas para a cultura escolar almejada na rede de ensino do Recife deste período. O referencial teórico está pautado em discussões da História da Educação sobre o ciclo de alfabetização (objeto de estudo), sobre a categoria cultura escolar e seu eixo aqui adotado, o currículo. Como considerações finais acreditamos ter elucidado o que perpassou pelos condicionamentos, princípios e motivações que compuseram o currículo como um caminho que produz identidades individuais e sociais particulares pautado em um discurso de democratização da escola e busca pelo desenvolvimento da cidadania dos alunos.

Palavras-chave: Ciclo de Alfabetização. Cultura Escolar. Currículo.

1 INTRODUÇÃO

Ao questionarmos sobre a emergência da primeira experiência de organização escolar ciclada na rede municipal do Recife em 1986 quanto a sua constituição e ao que estava sendo discutido para sua cultura escolar, descobrimos o currículo como objeto da mobilização por mudança no ensino a partir da concepção de educação vigente.

Desse modo, este estudo que parte de uma pesquisa maior visa analisar a relação entre a emergência do ciclo de alfabetização no Recife em 1986 e o contexto vivenciado neste período e conhecer não o currículo em si, mas as concepções curriculares discutidas para a cultura escolar almejada na rede de ensino do Recife que nortearam a ideia de ensino e aprendizagem e os objetivos educacionais do período, referentes as funções da escola e a idealização do tipo de aluno a ser formado a partir desse contexto.

Esta discussão de caráter documental que busca contribuir com os estudos e discussões do fenômeno educacional enquanto construção histórica abordará inicialmente o desenvolvimento teórico, referente aos termos cultura escolar, currículo e

o objeto desta investigação, o ciclo de alfabetização, além do método de pesquisa adotado em seus resultados, discutidos também nas considerações do presente estudo.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

No momento em que o sistema seriado de ensino passou a vigorar no Brasil, período em que o país entrava no circuito das tendências mundiais para a consolidação da nação a partir do novo regime, o regime republicano, as regras de submissão aos seus mecanismos e normas visando cumprir a função de socialização orientavam as práticas cotidianas para uma inserção social do mundo produtivo em questão.

No entanto, essa organização do ensino de caráter obrigatório, gratuito e laico, cujo compromisso formal do poder público era o de ampliar o acesso à educação com multiplicação de escolas e do número de matrículas, não conseguia bons resultados. Os índices alcançados com o sistema seriado de ensino defendido pelas autoridades educacionais como o mais apropriado para atingir a população de massa de uma maneira mais padronizada, homogênea e uniforme apresentavam altas taxas de reprovação e evasão.

Ao longo do século XX, essa situação educacional desencadeou uma série de discussões a respeito da efetivação da educação escolar e de diferentes medidas organizacionais até a emergência do que veio a ser o sistema de ciclos no Brasil provenientes das primeiras experiências de políticas de não reprovação entre 1958 e 1984 que apesar de não terem sido duradouras, “[...] foram relevantes para subsidiar os campos oficial e pedagógico na implementação de políticas de não reprovação que constituíram uma das principais inovações da educação brasileira nos anos 1980” (MAINARDES, 2007, p. 66, 67).

A política de ciclos surge então inserida em um contexto de ruptura com as décadas anteriores marcadas pelo período militar (1964-1985) em busca de renovação com a redemocratização no país, caracterizando-se em seu discurso como uma alternativa inclusiva e inovadora que questiona a escola graduada por seu caráter excludente e seletivo ao propor uma base democrática e, ao garantir um processo mais longo de respeito aos ritmos e processos de aprendizagem dos alunos.

O termo “ciclo” passou a ser utilizado de modo mais recorrente no ano de 1984, na rede estadual paulista com a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização, cujo

objetivo era substituir os dois primeiros anos escolares por um ciclo que abolia a retenção do primeiro ano para o segundo, tornando-se referência para expansão do ciclo no Brasil, inclusive para os demais anos da educação escolar; e ainda em caráter de referência propiciou a incorporação desta proposta na mais recente LDB (Lei 9.394/96) como uma das possíveis modalidades de organização do ensino no país.

De acordo com Mainardes (2009) existem diversas modalidades dessa organização escolar (ciclos de formação, ciclos de aprendizagem, regime de progressão continuada, bloco inicial de alfabetização, etc.), cujos fundamentos são absolvidos e ressignificados de maneiras diferenciadas pelas redes de ensino que acentuam os aspectos mais relacionados com seus objetivos para a educação escolar local.

Para a presente investigação, o período da década de 1980 diz respeito a primeira experiência da organização escolar em ciclo no Recife, o Ciclo de Alfabetização, que estava imersa nas transformações políticas e sociais do processo de redemocratização do país, cuja situação educacional era de degradação do sistema de ensino em todos os seus níveis, particularmente no chamado 1º grau. No Recife, as séries iniciais do 1º grau da rede municipal de ensino correspondiam a um percentual de 50% dos alunos e menos de 10% conseguiam concluí-las de acordo com Edla Soares, a Secretária de Educação da época, citada por Nascimento (1995).

Diante disso, o ciclo não só deveria acompanhar as mudanças no país em processo de democratização política através das áreas de conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Artes, Educação Física, Ciências e Programas de Saúde e Estudos Sociais) partindo de uma perspectiva dos interesses populares, mas também capacitar esses alunos inserindo-os no processo de aprendizagem e mudança social. Por isso o ciclo abrangeu toda a rede de ensino atendendo 21.000 discentes de 6 a 8 anos de idade, bem como os chamados “fora de faixa”, de 9 a 14 anos de idade, (NASCIMENTO, 1995).

Desse modo, o Ciclo de Alfabetização, objeto deste estudo, foi instituído na rede municipal de ensino do Recife no ano de 1986 gerando uma grande discussão acerca da educação, visto que foi prioridade a ser cumprido em um processo de dois anos, cujo sentido desse tempo de escolarização, segundo documento apontado por Nascimento (1995) era estar com as raízes na pré-escola e não na seriação, cujo aprofundamento escolar seria na 3ª e 4ª séries.

Assim, desenvolve-se este estudo para obter uma maior compreensão sobre este período relacionado ao ciclo de alfabetização, partindo da cultura escolar almejada nas

concepções curriculares discutidas para os iniciais da educação básica na rede municipal do Recife em 1986.

2.2 CULTURA ESCOLAR E CURRÍCULO

A história do currículo está imbricada com a categoria cultura escolar por esta orientar estudos sobre diretrizes curriculares a respeito de normas e práticas que organizam a escola, tempos e espaços que norteiam o cotidiano escolar e a consolidação das disciplinas escolares, cuja história compõe a compreensão do que é e de onde provém o próprio currículo.

Esta categoria também dá embasamento para as demais discussões sob diferentes perspectivas disciplinares e oferece uma liberdade de pesquisa em meio aos seus diversos eixos de interpretação, como princípios para compreender o funcionamento das escolas de acordo com a realidade que as constituem; dos quais adotamos para a presente investigação o currículo, referente às suas concepções, discutidas para a cultura escolar almejada com o ciclo de alfabetização, nosso objeto de estudo.

O conceito de cultura escolar, segundo Vidal e Schwartz (2010), vem sendo definido sob diferentes perspectivas como na Sociologia, na Filosofia, na Antropologia, na História; estando no campo da História da Educação (nossa área de conhecimento para o presente estudo), desenvolvido por pesquisadores da área nos últimos 20 anos, coincidindo com a renovação das práticas de pesquisa decorrente da abertura política do país e pela aproximação aos protocolos da disciplina de história, o que veio alargar a compreensão ao que havia de disponível à explanação documental da historiografia.

Assim, segundo as autoras o conceito mais recorrente em pesquisas de história da educação foi o do historiador francês Dominique Julia desde a década de 1990, devido a difusão do termo introduzido por seu artigo “A cultura escolar como objeto histórico”, que foi o primeiro da Revista Brasileira de História da Educação em 2001, dando embasamento para as demais discussões e possibilitando o tratamento do termo enquanto categoria de pesquisa. Para Julia (2001) cultura escolar pode ser descrita como,

> [...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e

> práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação [...]. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização [...]. (p.10, 11).

O termo cultura escolar, então, diz respeito aos aspectos cotidianos referentes às práticas escolares que podem ser estudadas a partir de diferentes vertentes, cuja abrangência é proveniente das diversas interpretações de pesquisa nos estudos sobre cultura escolar no Brasil apresentadas em sistematizações de seus eixos, como por exemplo, a de Faria Filho, Gonçalves, Vidal e Paulilo (2004) em, os *saberes, conhecimentos e currículos; espaços, tempos e instituições e materialidade escolar e métodos de ensino,* ou segundo Vidal e Schwartz (2010) *o funcionamento interno da instituição* e as *relações que estabelecem com a sociedade e a cultura,* como síntese de cinco questões principais*: espaços escolares, sujeitos da educação, tempos escolares, disciplinas escolares e cultura material escolar.*

Diante da relação entre as vertentes acima exemplificadas, podemos compreender que a cultura escolar ramifica-se por diferentes campos de pesquisa.

Desse modo, ao buscarmos conhecer a cultura escolar almejada para a rede de ensino do Recife com o ciclo de alfabetização na década de 1980 consideramos como eixo norteador do presente estudo, diante da realidade de implementação de uma nova proposta pedagógica a ser trabalhada nas escolas, o *currículo,* em suas concepções diante do período investigado, por o entendermos como uma organização prescrita do funcionamento escolar que direciona as práticas e abrange diferentes objetos ou campos de estudo da cultura escolar (dos quais não serão todos abordados), como: a adequação ao espaço, relação com o tempo, os sujeitos da educação, a cultura material escolar e a mediação das relações que a escola estabelece com a sociedade e a cultura vigente.

Ao partirmos da compreensão de que a análise de currículos, assim como de suas concepções, deve considerar os diferentes momentos históricos que os fundamentam, por estes expressarem uma função socializadora e cultural a partir de conteúdos e valores formulados é que acreditamos na possibilidade de através dele conhecermos as funções da escola, a idealização do tipo de aluno a ser formado a partir do contexto vigente, bem como, a relação existente entre currículo e sociedade, ou seja, entre as transformações sociais e as necessidades educacionais.

Segundo Silva (2006, p.4821) os registros históricos que apresentam diferentes concepções de currículo ao longo do tempo expressam que ele é um fato histórico de extrema relevância, uma práxis e não um elemento estático, visto que estabelece a idéia de que os "[...] diversos elementos de um curso educacional devem ser tratados como uma peça única expressa na globalidade estrutural e na completude seqüencial, conforme os parâmetros de cada época histórica", apresentando-se desse modo como "[...] a expressão da função socializadora e cultural da educação", cujas funções de "[...] expressão do projeto cultural e da socialização, são realizadas por meio de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que gera em torno de si" (p.4820).

A respeito de sua origem, o termo currículo deriva do latim que segundo Goodson (2002, p.31) vem da palavra "[...] Scurrere, correr, e refere-se a curso (ou carro de corrida). As implicações etimológicas são que, com isso, o currículo é definido como um curso a ser seguido, ou, mais especificamente, apresentado".

O estudo em teoria da educação sobre a história do currículo tem sido um dos mais acentuados segundo Goodson (2002), por impulsionar estudos históricos sobre matérias e a ampliação do paradigma da história da educação, motivando as pesquisas a encontrarem nessas normas, regulamentos e princípios que compõem o currículo e que norteiam o que deve ser lecionado, os moldes internos e a autonomia relativa da escolarização em defesa também dos desafios e informações sobre a teoria baseados em outros paradigmas para desvendar a "caixa preta" da escola, como afirma o autor:

> A história do currículo procura explicar como as matérias escolares, métodos e cursos de estudo constituíram um mecanismo para designar e diferenciar estudantes. Ela oferece também uma pista para analisar as relações complexas entre escola e sociedade, porque mostra como escolas tanto refletem como refratam definições da sociedade sobre conhecimento culturalmente válido em formas que desafiam os modelos simplistas da teoria de reprodução. (GOODSON, 2002, p.118).

Para Goodson (2002, p.132) ter o currículo como enfoque possibilita a compreensão da negociação contínua da realidade, tanto por parte de indivíduos quanto de grupos, além de suscitar a investigação sobre sua origem, reprodução e resposta às prescrições instituídas, o que "[...] revela as antecedentes estruturas de poder na educação e sugere a forma como as atitudes de grupos dominantes na sociedade continuam influenciando a escolarização, apesar dos sinais de conflitos e contestações".

Isso porque o currículo não é mais tido como uma área simplesmente técnica. Ele já é considerado em relação ao seu contexto como um elemento das relações de

poder que, portanto, não é neutro ou desinteressado na transmissão do conhecimento, visto que produz identidades individuais e sociais particulares. Daí a relevância em considerar a sua história, organização social e da educação para apreendê-lo. (MOREIRA e SILVA, 1995).

Diante disso, não se deve deixar de considerar também que o currículo uma vez instituído não significa que está pronto, visto que faz parte de um processo pertencente a um determinado momento social, político, econômico e cultural e sob um discurso de ordem intelectual passível de mudanças influenciadas por esses contextos; o que nos possibilita compreender qual operacionalização é esperada nas práticas escolares.

Partindo desse princípio ao buscar entender a cultura escolar almejada do período do ciclo de alfabetização da década de 1980, cujo contexto era o da redemocratização política que mobilizou a sociedade atingindo as mais diferentes instâncias como a educação; buscamos no currículo em suas concepções o eixo norteador para nos aproximarmos do que estava sendo proposto para a realidade escolar daquele período, visto que o currículo por ser considerado o coração da escola de onde se desdobram os processos educativos pedagógicos organizados para as salas de aula e para a instituição como um todo, em articulação com o seu contexto, apresenta metas a serem alcançadas para a sociedade através da formação escolar dos alunos refletindo a concepção de educação e alunado de acordo com as ênfases dadas ao momento histórico vivenciado. (MOREIRA, 2009).

3 MÉTODO E RESULTADOS EM DISCUSSÃO

O presente estudo de caráter documental pauta-se nas discussões do campo da História da Educação por abordarmos nosso objeto, o ciclo de alfabetização, a partir dessa perspectiva embasada na categoria cultura escolar, cujo objetivo é analisar a relação entre a constituição de um novo currículo em ciclo com o contexto vivenciado e conhecer as concepções curriculares discutidas para a cultura escolar almejada na rede municipal de ensino do Recife no período de sua primeira experiência ciclada em 1986.

Por ser caracterizada como um estudo documental entendemos segundo Severino (2007) que documento é todo objeto que se torna suporte material de uma informação sobre os fenômenos pesquisados, como livros, jornais, edifícios, fotos, filmes, etc. visto que se trata de uma investigação que implica o tratamento de conteúdos de matéria-prima que não tiveram tratamento analítico, o que caberá ao pesquisador desenvolver tal como explica o autor; considerando ainda, como orienta

Bacellar (2011) a necessidade de “conhecer a origem dos documentos [...], contextualizar o documento que se coleta (entender o texto no contexto de sua época, inclusive o significado das palavras e das expressões empregadas) [...]” para maior clareza e rigor no tratamento das informações obtidas. (p. 72).

Desse modo, o currículo, nosso eixo de pesquisa é investigado em suas concepções de educação a partir de diferentes documentos referentes ao nosso objeto de estudo, documentos esses que serão analisados sob a perspectiva da cultura escolar enquanto categoria de análise como aponta Faria Filho (2007, p.197), como construto teórico, enquanto procedimento para metodologicamente operacionalizar a pesquisa, cuja prática é “do ponto de vista analítico, organizar e compreender as múltiplas facetas da experiência escolar”, neste caso, do que foi almejado para esta experiência, cuja interpretação será respaldada no conhecimento do que as fontes apresentarem em relação a seu contexto.

Assim, em meio a documentação pesquisada para o presente estudo encontramos no Acervo e Memória do Centro de Formação de Educadores Professor Paulo Freire, a respeito do período do ciclo de alfabetização, alguns documentos, dos quais trazemos para este estudo, registros que o caracterizam e o justificam na rede apresentando sua concepção curricular e ainda uma contextualização do período enquanto situação escolar e social da época na cidade do Recife.

Apresentaremos a seguir, de acordo com os objetivos delimitados para esta investigação, primeiramente a relação entre a emergência do ciclo de alfabetização no Recife em 1986 e o contexto vivenciado neste período e em seguida as concepções curriculares discutidas para a cultura escolar almejada na rede de ensino do Recife buscando destacar como essas concepções nortearam a ideia de ensino e aprendizagem e os objetivos educacionais do período referentes as funções da escola e a idealização do tipo de aluno a ser formado a partir desse contexto.

3.1 DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS ÀS NECESSIDADES EDUCACIONAIS: A EMERGÊNCIA DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE (1986)

As diversas transformações ocorridas na estrutura educacional brasileira reclamam a compreensão de seus diferentes períodos sociais e históricos, pois estes requerem da educação escolar tipos de indivíduos e cultura que atendam aos objetivos de cada época.

Esse imperativo de apreender o contexto faz-se necessário, portanto em relação às mudanças ocorridas na rede municipal de ensino do Recife cuja educação, assim como em todo país, foi alvo de discussões em meados da década de 1980 no contexto da redemocratização após o regime militar, onde as propostas de mudança no sistema de ensino refletiam o objetivo de democratização também para as instituições públicas educacionais. Segundo um registro de 1987, este contexto sobre a situação social e política do período do ciclo de alfabetização no Recife apresentava-se da seguinte maneira:

> O Recife (1.3000.000 hab.) representa historicamente um polo regional de grande força atrativa situada numa região marcada por extrema pobreza social, altos índices de endemias e doenças carenciais, fragilidade econômica em função da dependência aos centros de maior potencial de reprodução ampliada (Rio-São Paulo), analfabetismo, precariedade dos serviços públicos fundamentais, características essas mais ou menos comuns às grandes cidades da América Latina.
> O prefeito, Jarbas Vasconcelos, eleito em 1985 por uma congregação de forças políticas (esquerda, progressistas, setores tradicionalmente ligados à luta democrática durante o período militar) e com forte respaldo popular, inicia uma administração que encontra diante de si dificuldades de toda ordem. [...] No plano educacional, o Recife notabilizou-se nacionalmente nos anos 50/60 pela criação de um amplo movimento popular que articulando intelectuais, artistas, estudantes, lideranças políticas que, calçados nas proposições pedagógicas de Paulo Freire, criaram o Movimento de Cultura Popular, germe da criação da própria Rede de Ensino Municipal (até então inexistente). Com o movimento militar de 1964, MCP foi extinto e criada a FUNDAÇÃO GUARARAPES.
> Em 1986, após uma campanha política caracterizada pela ampla consulta popular, e na qual a questão das possibilidades e da própria qualidade do ensino são colocadas reinvindicativamente, pela população tem início o chamado CICLO DE ALFABETIZAÇÃO, vinculado institucionalmente à Diretoria de Serviços Educacionais da Fundação Guararapes e Secretaria de Educação e Cultura da cidade do Recife**. (Assessor da Área de Estudos Sociais do Ciclo de Alfabetização, Flávio Henrique Albert Brayner. Recife, 27 de julho de 1987. Documento intitulado "Situação Social e Política: o contexto da implantação do ciclo de alfabetização", p. 1, 2).**

A política de ciclos surgiu, então, em um contexto de ruptura com o momento anterior marcada pelo período militar (1964-1985) em busca de renovação, cuja experiência no Recife emergiu como uma responsabilidade social e política visando uma educação que expressasse os interesses populares, como justifica o prefeito da cidade em um documento de 1987:

> Essa proposta vem atender a uma das mais prioritárias demandas de nosso povo: melhorar a qualidade do ensino oferecido pela Escola Municipal e reduzir a grande frustração social decorrente do fracasso escolar na alfabetização. [...] A proposta que ora oficializamos não é só uma resposta; é também e principalmente, o exercício daquilo que chamamos de GESTÃO

> DEMOCRÁTICA. Todas as decisões, planos, propostas, correções serão ampla e exaustivamente discutidos em todas as instâncias: pais, alunos, professores, supervisores, coordenadores, orientadores educacionais, dirigentes e administradores municipais. **(Prefeito Jarbas Vasconcelos. Recife, 11 de abril de 1987. Extraído de um discurso sem titulo, p.1).**

De acordo com os referidos documentos, o discurso por uma nova organização escolar que superasse o crítico percentual de concluintes das séries iniciais do antigo 1º grau da rede (menos de 10% dos alunos), solicitava à sociedade recifense a efetivação de ações e reflexões para a educação com o ciclo de alfabetização visando romper com o que foi chamado de "frustração da classe popular na busca do conhecimento escolar", em um documento destinado aos professores do prefeito do Recife em 1987.

Segundo este documento datado de 11 de abril de 1987, do então prefeito Jarbas Vasconcelos, a educação estava sendo posta como um compromisso da administração pública. No referido documento podemos observar a retomada do objetivo de lançamento do Ciclo de Alfabetização enunciada pelo prefeito que afirmou, em busca de uma ampliação da execução do ciclo, o que segue:

> Não é necessário ser educador – basta ter um mínimo de sensibilidade – para perceber o constrangimento e o sofrimento humanos decorrentes do desconhecimento do mundo da leitura e da escrita numa sociedade letrada. No entanto, é fundamental não reduzirmos o processo de alfabetização ao mero exercício mecânico do LER e ESCREVER. A nossa preocupação mais relevante é fazer da educação um processo que contribua para a construção da cidadania popular. Neste processo, o educando – criança da classe popular – deverá ter acesso ao mundo letrado para tornar-se capaz de compreender criticamente seu espaço social e constituir-se sujeito de seu próprio destino. **(Prefeito Jarbas Vasconcelos. Recife, 11 de abril de 1987. Extraído de um discurso sem titulo, p.1).**

Desse modo, a proposta do ciclo de alfabetização caracterizou-se em seu discurso como uma alternativa inclusiva e inovadora em questionamento ao caráter excludente e seletivo da organização escolar anterior propondo uma base democrática, a partir de sua organização como explicitado pelo prefeito no citado trecho de 1987.

A secretária municipal de educação Edla Soares retrata um pouco dessa organização escolar democrática em um documento intitulado "Escola municipal do Recife: um debate sobre as conquistas populares" de 12 de março de 1987 quando afirma que o momento vigente no que diz respeito a escola que oferecia o ensino regular era de "[...] democratização das relações autoritárias consolidadas nos últimos 20 anos entre os componentes da referida escola e entre esta e os segmentos que recebem os serviços educacionais", cujas medidas correspondiam: a organização de Conselhos

Escolares para gerir democraticamente a escola distribuindo a responsabilidade da educação escolar com as pessoas da comunidade, como um fórum de debates para tomada de decisões; a formação de um conselho de Dirigentes das Escolas para debates e análises de problemas encontrados no trabalho educativo e estabelecer um contato de permanência com o Conselho Administrativo responsável pelas escolas; e a ampliação das oportunidades de acesso com a construção de 110 salas de aula e a realização de convênios para o aumento do número de vagas. (p.3,4).

Segundo a secretária, a questão da melhoria na qualidade do ensino diante do problema grave de apenas um percentual inferior a 10% de alunos conseguirem concluir as séries iniciais, referia-se enquanto prioridade à proposta do ciclo: "[...] um ciclo de alfabetização de dois anos em que a alfabetização não se restringe ao ato mecânico de ler e escrever, mas envolve uma compreensão do mundo e de suas relações, caracterizando-se, fundamentalmente, como um ato político" (Secretária de Educação Edla Soares. Recife, 12 de março de 1987. Extraído do documento "Escola municipal do Recife: um debate sobre as conquistas populares", p.4).

Diante das necessidades educacionais em meados da década de 1980 podemos perceber a relação da concepção do ciclo como organização do ensino ao momento vivenciado pela rede municipal do Recife em um contexto de luta pela democratização em diversas instâncias, cuja proposta educacional incorporou aos seus objetivos de ensino, aprendizagem e formação dos alunos que serão abordados a seguir.

3.2 CONCEPÇÕES CURRICULARES PARA A CULTURA ESCOLAR NO CICLO: O ENSINO E APRENDIZAGEM E OS OBJETIVOS EDUCACIONAIS

O Ciclo de Alfabetização adotado na rede municipal de ensino do Recife como uma nova maneira de organização dos primeiros anos da educação básica surgiu naquele período de efervescência da década de 1980 como uma extensão do processo de democratização em voga e foi afirmado pelo prefeito da cidade em 11 de abril de 1987, em um documento destinado aos professores, como parte de uma administração que procurava "[...] observar, com muita seriedade, os compromissos publicamente assumidos [...]"; e ainda completou, "[...] Por isso, mesmo sem todas as condições necessárias, lançamos o CICLO DE ALFABETIZAÇÃO". (p.1).

Segundo este pronunciamento, o ciclo de alfabetização não foi implantado em condições necessárias para seu funcionamento, mas a concepção do que significava a

educação escolar em ciclo para aquele período foi a essência para seu processo de implementação, visto a mudança almejada para o âmbito da cultura escolar. A esse respeito encontramos a explicação do termo ciclo em um documento datado de 1986, pelo Diretor Presidente da Fundação Guararapes, responsável pelas escolas primárias da rede, da seguinte maneira:

> Estamos denominando a alfabetização de nossos alunos de CICLO porque concebemos como um processo que se realizará num contínuo de dois anos, sem a preocupação com a seriação. Como uma ação pedagógica, planejada, executada e avaliada, de forma integrada. Permanentemente corrigida. Daí a necessidade dos sábados com os professores. Sem isso, tudo será malbaratado. A alfabetização é, pois, compreendida como um conjunto de atividades, reflexão e treinamento que permita no final do segundo ano do ciclo o ingresso do aluno na terceira série do 1º grau. O processo deve-lhe garantir domínio de determinadas habilidades e um amadurecimento que lhe permita avançar no seu desenvolvimento intelectual adequadamente. Planejar-se-á uma terceira e quarta séries que lhe assegure este direito fundamental.
> Desenvolvimento intelectual não é luxo burguês. É direito da Classe Trabalhadora. E mais, é condição para que ela cumpra seu papel histórico: agente criador de novas relações sociais. Só assim se pode garantir o advento de uma sociedade humana, portanto justa. **(Diretor Presidente da Fundação Guararapes, João Francisco de Souza. Recife, 11 de abril de 1986. Documento intitulado "Início do processo de democratização da escola", p. 3, 4).**

Nesse sentido, o ciclo de alfabetização ao propor uma prática educativa diferenciada, carregava uma concepção de educação diretamente relacionada ao cotidiano vivenciado pela comunidade escolar, visto que o objetivo educacional era desenvolver a autonomia das crianças a partir da socialização do saber em interação com sua realidade, como retrata o seguinte documento:

> Em sua estrutura mais fundamental a concepção do projeto (Ciclo de Alfabetização) é relativamente simples: resgatar para as diversas áreas de conhecimento trabalhadas na alfabetização, situações, conflitos e dinâmicas operadas pelo contexto social da cidade e vividas cotidianamente pelos alunos da Rede, para retrabalhá-los criticamente no confronto coletivo de idéias, posições e opiniões dos diversos agentes envolvidos no processo (assessorias, instrutoras, diretoras, professoras, alunos, famílias, comunidade). Ao privilegiar a produção coletiva do material didático, com um forte acento na produção do aluno, e oferecendo ao lado disto, instrumentos conceituais, teóricos para as instrutoras e professoras do Ciclo, tem-se uma perspectiva: (a) a escola como lugar de confronto entre saberes; (b) a socialização da produção de conhecimento e sua articulação com a prática socialmente vivida; (c) a autonomia dos agentes envolvidos em sua prática político-pedagógica. **(Assessor da Área de Estudos Sociais do Ciclo de Alfabetização, Flávio Henrique Albert Brayner. Recife, 27 de julho de 1987. Documento intitulado "Situação Social e Política: o contexto da implantação do ciclo de alfabetização", p. 2).**

Diante disso é possível perceber nos discursos apresentados uma preocupação com o direito de todos terem acesso a uma educação (não só os chamados burgueses, os que compõem a elite social), de modo que as classes populares pudessem não só ter acesso ao saber escolar, mas a uma formação para a cidadania mediada pela concepção de educação citada ao longo dos registros documentais: práticas interativas, de confronto entre diferentes saberes relacionados ao cotidiano vivenciado.

A concepção de criança, ou, a idealização do aluno, correspondia a idéia de sujeitos sociais e agentes em potencial da transformação e criação de sua realidade em busca de uma sociedade mais justa. A educação era assim encarada como um ato político a ser desenvolvido em uma base democrática.

Desse modo, a função da escola pautava-se em procedimentos de socialização do saber em interação com a realidade que garantissem aos alunos o desenvolvimento da autonomia, o domínio de determinadas habilidades e amadurecimento para um desenvolvimento intelectual adequado.

Assim, em um contexto de tentativas pela credibilidade da escola pública, a Secretária de Educação acrescentou em um registro de 1987 que havia a sustentação de uma articulação com outras Secretarias da região Metropolitana visando,

> [...] ampliar as discussões sobre as questões educacionais e criar uma demanda geral a partir das necessidades apresentadas de tal forma que se possa influenciar na determinação de uma política mais geral que repense o 1º grau. [...] Daí o direcionamento para o resgate da credibilidade da Escola Pública incluindo de um lado, o compromisso com a ampliação do número de vagas e do outro, a qualidade expressa na retomada do quotidiano da população como o material a partir do qual a realidade é posta em discussão, explicada e pensada a alternativa de superação. Pretende-se assim, construir uma pedagogia da educação municipal que contribua efetivamente para a conquista da cidadania popular**. (Secretária de Educação Edla Soares. Recife, 12 de março de 1987. Extraído do documento "Escola municipal do Recife: um debate sobre as conquistas populares", p.5).**

A nova organização de ensino com a emergência em ciclo em 1986 ao ser considerada como um ato político visando a conquista da cidadania popular teve no currículo a expectativa de alcançar esses propósitos respaldados na concepção de educação escolar discutida em suas justificativas e explanações.

O Diretor Presidente da Fundação Guararapes, João Francisco de Souza em abril de 1986 quando retrata a dinâmica de ensino e aprendizagem da cultura escolar almejada para o desenvolvimento das potencialidades do aluno, nos revela as seguintes concepções curriculares:

> Nossa tarefa se impõe a aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo para que a criança da classe popular possa se apropriar dos conhecimentos produzidos pelos cientistas e confrontá-los com a experiência histórica da classe trabalhadora. Nesse confronto, novos conhecimentos serão produzidos. Estes cimentos são os conhecimentos necessários ao processo de transformação das relações sociais que criam a desigualdade econômica, o sofrimento social e político em nossa sociedade. Busca-se um conhecimento que seja um instrumento a mais na luta pela transformação das atuais relações sociais e construção de relações sociais humanas. Por isso, justas. É a mudança. Mudança já. Sem mudança da escola a criação de novos conhecimentos não é mudança. É ludibriar o povo.
> No processo de alfabetização a criança será iniciada na compreensão/interpretação/transformação do mundo natural e social enquanto vai adquirido o domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Não se trata, pois, de duas coisas. Uma implica na outra. Têm que se realizar simultaneamente.
> A alfabetização não se reduzirá aos rudimentos do ler e escrever. Falando de modo que possa ficar mais claro, ele incluirá língua portuguesa, artes, educação física, ciências e programas de saúde, matemática e estudos sociais. Estes diversos aspectos do conhecimento humano serão trabalhados integrada e criticamente na perspectiva dos interesses populares. A criança será iniciada na interpretação de sua realidade de forma ativa, integrada a crítica. Será introduzida num processo de descoberta de seu papel transformador dessa realidade e de construtor de uma nova realidade. Irá aprendendo a se tornar agente da história. Fazendo-se CIDADÃO. Ser cidadão é ser produtivo, consumidor, brincante, transformador da realidade natural/social, político. Capaz de decidir e de lutar pelo bem comum. Numa palavra, fazedor e consumidor de cultura. **(Diretor Presidente da Fundação Guararapes, João Francisco de Souza. Recife, 11 de abril de 1986. Documento intitulado "Início do processo de democratização da escola", p. 2, 3).**

Diante da dinâmica almejada para as escolas, consideramos como concepção curricular a sua relação com o momento histórico, ou seja, com as transformações sociais que a fundamentam, por expressarem sua função socializadora e cultural a partir de conteúdos e valores formulados às necessidades educacionais, no que diz respeito aos objetivos para o ensino e aprendizagem e para a formação dos alunos.

No supracitado documento a concepção de currículo para o processo de alfabetização está pautado na compreensão/interpretação/transformação do mundo natural e social paralelamente ao domínio da leitura, escrita e do cálculo de maneira simultânea e em relação as demais disciplinas escolares, na perspectiva dos interesses populares, do qual acreditamos ter elucidado segundo Goodson (2002), o que perpassou pelos condicionamentos, princípios e motivações que compuseram o currículo e que nortearam o que deveria ser lecionado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CULTURA ESCOLAR ALMEJADA PARA O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO DO RECIFE (1986)

A escola como palco de ações e conflitos entre forças econômicas, históricas e sociais aqui foi apresentada a partir das concepções curriculares em relação ao seu contexto de meados da década de 1980, concepções essas referentes aos objetivos educacionais e a ideia de ensino e aprendizagem para a cultura escolar do ciclo na rede municipal do Recife.

Diante das discussões por mudanças educacionais no contexto explanado compreendemos a mobilização do currículo direcionando as práticas, não como uma área simplesmente técnica, neutra ou desinteressada na transmissão do conhecimento, mas como um caminho que produz identidades individuais e sociais particulares, como afirmam Moreira e Silva (1995).

Daí a ênfase em considerarmos o currículo a partir da história de sua formulação, bem como a organização social e a situação educacional em que ele estava inserido, o que nos leva a refletir sobre a relevância em considerar a sociedade vigente e suas ideologias que permeiam o contexto social, político, e cultural de uma realidade para uma maior compreensão das experiências inovadoras nos processos educacionais que movem as culturas escolares.

Desse modo, ao investigarmos sobre a primeira experiência de organização ciclada na rede do Recife em 1986 buscamos em síntese conhecer essa implementação a partir do currículo em suas concepções para a cultura escolar em questão, cujo objetivo educacional foi idealizado como uma dinâmica democrática, cujo ensino e aprendizagem estariam pautados na perspectiva popular em busca de uma visão crítica de sua realidade, de desenvolvimento da cidadania e transformação social.

Os apontamentos do presente estudo indicam maiores aprofundamentos quanto ao estudo do currículo em si, em experiências de inovação como esta, além da relevância em considerar a participação ativa dos professores em todo esse processo, visto que a presença docente define ou não a efetivação dessas experiências no cotidiano da sala de aula por não serem meros executores, mas mediadores na educação escolar dispondo dos instrumentos necessários (referentes aos métodos, técnicas e avaliação) para o desenvolvimento das implementações educacionais almejadas.

Assim, esperamos contribuir com estudos e discussões do fenômeno educacional enquanto construção histórica e em reflexões sobre o que as necessidades educacionais apontam a respeito das transformações sociais que lhes afetam, como um primeiro passo para mobilizações rumo à educação escolar tão almejada.

REFERÊNCIAS

BACELLAR Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In.: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In.: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

FARIA FILHO, L. M de; GONÇALVES, I. A.; VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**: São Paulo, v.30, n.1, jan./abr. 2004. (p.139-159).

GOODSON, Ivor F. **Currículo**: teoria e história. Tradução de Attílio Brunetta. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

JULIA, Dominique. **A cultura Escolar como Objeto Histórico**. Tradução de Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação. Nº 1. Jan/jun.2001.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem.** São Paulo: Cortez, 2007.

MAINARDES, Jefferson. **A Escola em Ciclos:** fundamentos e debates. São Paulo: Cortez, 2009.

MOREIRA, Antonio Flavio. Currículo: conhecimento e cultura Sobre a Qualidade na Educação Básica. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Salto para o Futuro. **Currículo:** conhecimento e cultura. Ano XIX, nº 1, Abr. 2009.

MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. Tradução de Maria Aparecida Baptista. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NASCIMENTO, E. A. Governo Jarbas (1986-1988) **O Ciclo de Alfabetização e o Conformismo Científico-Tecnológico das Massas.** Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Aparecida da. **História do Currículo e Currículo como Construção Histórico-cultural** - Trabalho Comp.. In: VI Congresso luso-brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia : EDUFU, 2006. v. 1. p. 4820-4828.

VIDAL, Diana Gonçalves e SCHWARTZ, Cleonara Maria (org.). **História das Culturas Escolares no Brasil.** Vitória: EDUFES, 2010.

FONTES UTILIZADAS

DO ACERVO E MEMÓRIA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES PROFESSOR PAULO FREIRE:

- **Escola municipal do Recife: um debate sobre as conquistas populares - Recife, 12 de março de 1987.**
- **Início do processo de democratização da escola - Recife, 11 de abril de 1986.**
- **Documento sem titulo (discurso do prefeito aos professores) - Recife, 11 de abril de 1987.**
- **Situação Social e Política: o contexto da implantação do ciclo de alfabetização - Recife, 27 de julho de 1987.**